



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008127-70.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Depósito - Alienação Fiduciária**  
 Requerente: **OMNI S/A - Credito, Financiamento e Investimento**  
 Requerido: **DONIZETI APARECIDO MARCIANO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

Embora já prolatada sentença, temos seja possível a homologação de transação após a prolação de sentença, nesse sentido:

*“Nada impede que seja celebrada e homologada transação após sentença (TRF-6ª Turma, AC 125.435-BA, rel. desig. Min. Américo Luz, j. 24.8.88, homologaram a transação por maioria, DJU 4.4.89, p. 4761; JTA 108/23), desde que não transitada em julgado (JTJ 152/200, 156/216).*

*Há quem admita, “mesmo no caso de sentença transitada em julgado (JTJ 151/87) 1”.*

Isto posto, HOMOLOGO por sentença para que produza seus jurídicos e legais efeitos o acordo de fls. 72/73, e, em consequência, JULGO EXTINTA a presente ação, nos termos do artigo 269, III, do CPC.

Transitada em julgado, arquivem-se, com as formalidades legais.

P.R.I.

São Carlos, 18 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

<sup>1</sup> THEOTÔNIO NEGRÃO, *Código de Processo Civil e legislação processual em vigor*, 30ª edição, ed. Saraiva, nota 11ª ao art. 269.